

LEITURA E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIAIS

*READING AND LITERACY IN YOUTH AND ADULT
EDUCATION: HISTORICAL AND SOCIAL PERSPECTIVES*

Maria Catarina Lima Silva

Secretaria Municipal Educação de Ijuí, Brasil

Grasiela Carvalho

Secretaria Municipal Educação de Ijuí, Brasil

Fabiane Smaniotto Pinno

Secretaria Municipal Educação de Ijuí, Brasil

Carla Lisiane Paz da Ros

Secretaria Municipal Educação de Ijuí, Brasil

Caroline dos Anjos Sulzbacher

Secretaria Municipal Educação de Ijuí, Brasil

ISSN: 2675-908X

Resumo: O artigo aborda a importância da leitura e do letramento na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando-os práticas essenciais para o desenvolvimento da autonomia e da criticidade. A análise explora a história da EJA no Brasil e discute a leitura como um instrumento de emancipação e transformação social, com base em teóricos como Paulo Freire, Gadotti, Soares, Bakhtin e Street. O estudo destaca o papel crucial do educador como mediador, a construção coletiva de saberes e a valorização das experiências dos alunos na escola. Além disso, a pesquisa afirma que a leitura e o letramento vão além da simples decodificação de palavras, envolvendo aspectos sociais e culturais que são fundamentais para formar cidadãos críticos e autônomos.

Palavras-chave: Leitura, Letramento, Educação de Jovens e Adultos (EJA)



A Revista Ilustração está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Abstract: This article addresses the importance of reading and literacy in the context of Adult and Youth Education (EJA), considering them essential practices for the development of autonomy and critical thinking. The analysis explores the history of EJA in Brazil and discusses reading as a tool for emancipation and social transformation, drawing on theorists such as Paulo Freire, Gadotti, Soares, Bakhtin, and Street. The study highlights the crucial role of the educator as a mediator, the collective construction of knowledge, and the importance of valuing students' experiences in schools. Furthermore, the research asserts that reading and literacy go beyond mere decoding of symbols, involving social and cultural meanings that are fundamental for shaping critical and autonomous citizens.

Keywords: Reading, Literacy, Adult and Youth Education (EJA)

Introdução

Este trabalho desenvolve-se mediante uma pesquisa sobre “EJA, leitura e prática social”, como o ensino de jovens e adultos estabeleceu-se no Brasil, as formas de construção do conhecimento, através da leitura e do letramento, conhecendo as diferenças entre ambas e sua importância dentro da caminhada de alfabetização no Brasil.

Apresentando como objetivo geral do artigo, conhecer as formas de autonomia e criticidade desenvolvidas pelos sujeitos através da leitura, e leitura de mundo. Tendo como objetivos específicos averiguar a caminhada da EJA no Brasil; pesquisar a importância do letramento como forma de mudança da sociedade e reconhecimento da caminhada e dos aspectos sociais do ser humano; relatar as mudanças de pensamentos teóricos que fundamentam a educação de jovens e adultos mediante a valorização social e cotidiana dentro da transformação da educação como forma construir sujeitos críticos e autônomos.

Também busca resolver o problema da pesquisa “será que a leitura é uma prática social de autonomia dos sujeitos?”, pergunta esta que será respondida mediante pesquisa nas obras de Freire e na história da leitura e escrita no Brasil.

Para responder estes questionamentos buscamos através de leis, LDBs, obras de teóricos como Freire, Gadotti, Soares, Bakhtin, Street, Marques, Aranha, entre outros a fundamentação necessária para dialogar entre a leitura e sua estrutura de aprendizado e autonomia e mediação dos

saberes.

A EJA, é uma modalidade de educação que é destinado a adultos e jovens que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade certa, estando esta garantida na LDB 9394/96, no seu art. 3, que traz a preocupação em garantir a continuidade e acesso aos estudos daqueles que não o concluíram ou não tiveram oportunidade.

Não tendo esta modalidade de suprir a garantia da escolaridade perdida, mas sim exercer uma função reparadora, pois o homem por ser um ser social, apto a aprender mediante desafios tantos sociais, culturais que estejam relacionados com as experiências vivenciados no seu dia a dia. Fundamentado em Freire que foi o responsável pelo método que permite a alfabetização de jovens e adultos, valorizando sua caminhada na sociedade, seus saberes, sua cultura, e capacidade de falar com o mundo e mediar suas ações a leitura é fundamental para auxiliar na autonomia e no letramento social destes sujeitos.

Esta caminhada de criar autonomia é salutar tanto para educador como para educando pois ambos aprendem juntos, constroem métodos e metodologias que permitam o desenvolvimento de estímulo para o educando ter a escola como meio de formação e transformação social.

Leitura e letramento

Ao pensarmos sobre a importância da leitura na vida dos sujeitos, buscamos nas palavras de Freire que diz que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra. Uma vez que o ato de ler, não vem acompanhado muitas vezes de um pensamento liberto, ou de uma vivência social.

É fundamental que o conhecer o mundo e realizar uma leitura crítica permite a construção de uma autonomia, está sendo construída aos poucos partindo do mundo em que se vive, na comunidade, posterior na sociedade em que está inserido, e posterior uma visão macro do mundo.

Sabe-se que a leitura da palavra, muitas vezes não esteve associada à palavra mundo, ou seja aquele mundo real, ao ler palavras o leitor necessita associar esta a objetos e ações concretas e reais, com um sentido concreto.

Quando o leitor não compreende o mundo em que está inserido seu entendimento sobre o ato de ler ou escrever, é falho, repetitivo, pois não está fundamentado numa prática consciente. Segundo: Gadotti, 1989:

A concepção libertadora da educação evidencia o papel da educação na construção de um novo projeto histórico. Fundamenta-se numa teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber e do educando como sujeito do conhecimento, compreende a alfabetização não apenas como um processo lógico. Intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social (Gadotti, 1989, p. 268).

Esta leitura de mundo é necessário para a compreensão do ato de ler , vindo este entendimento do mundo do reconhecimento de sua história e do grupo popular que expressa sua experiência e vivência, está carregada de significados de experiência existencial, do sujeito leitor, e não mais o ato de ler ligado a cartilhas, ou da experiência do educador.

Cada leitor (educando), traz consigo sua caminhada, suas experiências e estas apresentam significados fundamentais para a alfabetização e a criação de um modelo de escrita que foge muito a expressão oral, e as vivências dos leitores. Para Freire:

E na relação que mantêm entre si e com o mundo que os seres humanos, sem deixar de ser sujeitos, vão se completando e dando os outros a se completarem (Freire, 1997, p101).

Sendo assim pode-se dizer que o ato da leitura tem uma implicatura na percepção crítica, na interpretação e compreensão e na re-escrita do que foi lido, com um sentido bem mais amplo.

Para Galvão e Batista (1999), relatam que a leitura tem sido tradicional objeto de interesse da Educação, sendo o processo de leitura e da escrita e por conseguinte o letramento são práticas sociais cada vez mais exigidas, por apresentar e representar uma participação ativa da sociedade.

Quando a sociedade é letrada , esta impõe novas exigências para seus sujeitos como práticas sociais e transformações que vão desde políticas, econômicas, culturais. Conforme Marques 1990:

As convicções e os valores partilhados só são aceitáveis se reconstituídos pelos agentes através da discussão livre e sem coerção. A respeito deles não se aceita que vigore uma filosofia de consciência ou do sujeito auto- suficiente, mas uma teoria de linguagem performativa, que evite a perspectiva monológica e ínsitas na mutualidade da compreensão recíproca, do dialogo da livre interlocução garantida tão- somente pelos pressuposto de que se comunica para relacionar-se e entender-se. (MARQUES, 1990, p. 120).

Sendo hoje dentro de uma visão de construção de sujeitos

conscientes e autônomos, o processo de leitura não é mais vista como um simples processo perceptual e associativo linear de decodificação de grafemas e fonemas, mas o ato de ler e escrever deve ser compreendido como um conhecimento das práticas sociais que estão além de um simples domínio de uma habilidade individual, mas deve ser vista como algo social, de interação e construção do homem de forma constante e permanente. Segundo Cafero 2005:

Uma atividade ou um processo cognitivo de construção de sentidos realizados por sujeitos sociais inseridos num tempo histórico, numa dada cultura, entender a leitura como processo de construção de sentidos significa dizer que quando alguém lê um texto não está apenas realizando uma tradução literal daquilo que o autor do texto quer significar, mas que está produzindo sentidos, em um contexto concreto de comunicação, a partir do material escrito que o autor fornece (Cafero, 2005, p. 9).

Percebe-se que a leitura é uma construção contínua e ativa do processo de desenvolvimento do homem , alguns questionamentos sobre este processo ativo do ato de ler são observados por Koch e Elias (2008), que não concordam com as concepções de leitura que em algum momento colocam o texto, outro momento o autor no centro do processo de compreensão do ato de ler, estes afirmam que os sujeitos são os atores e construtores sociais que dialogicamente, constroem a si mesmo e dão sentido aos textos. Segundo Orlandi (1987, p.180):

“a leitura é um confronto de interlocução” e o “ texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor” “o sentido do texto não está em nenhum dos interlocutores especificamente está inserido no espaço discursivo dos interlocutores.

Quando procuramos dar um sentido ou significado único para a leitura, é praticamente impossível, pois esta se modifica de forma dinâmica e desenvolve-se de forma diferente de acordo com cada cultura, sendo construído a cada dia através da sociedade, nas relações de interações em sala de aula, quando existem o exercício de leitura entre o professor e o aluno, o debate e a compreensão sobre o que se está lendo.

Cabe à escola, construir espaços distintos de desafios para os educandos socializarem-se e mediarem seus saberes, locais de debates, de críticas, onde a palavra seja compreendida como a soma de pensamentos e sentimentos.

O Letramento para Soares (2003, p. 15):

O estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedade letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que esta concepção acrescenta é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações e atitudes necessárias em que práticas de leitura e ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca forma de interação, atitudes, competência discursiva e cognitiva que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada.

Este domínio das capacidades de compreender o que está sendo lido é fundamental para o leitor, romper com a situação de mero reproduzidor de palavras.

Já quando se pensa em letramento busca-se no entendimento de Vigotski (1979,1989,1993), que define esta como uma construção que acontecem nas relações interpessoais primeiro e posterior nos contextos comunicativos compartilhados por um grupo no qual o sentido do entendimento está compartilhado com os demais.

Ou seja, o letramento é construído nas relações reais entre sujeitos mediados pela enunciação (Bakhtin, 1992), nesta perspectiva Bruner (1997, p.139):

O processo de criação de significados é construído na interação do homem com a cultura da qual faz parte, a cultura é constitutiva da mente. É no processo de criação de significados que os sujeitos organizam sua experiência no mundo, seu conhecimento sobre ele e onde ocorrem as trocas entre os sujeitos.

Percebe-se que sempre que fala-se em ler, esta tem uma visão de interação, e esta mediação entre educador e educando efetiva-se através da linguagem, que é uma ação discursiva que permite mudanças de pensamentos e construção de novos conhecimentos ou seja o letramento.

Este ato de estar a leitura inserida com o conhecimento do mundo, de uma realidade, que cada palavra apresentar um significado permite que o de sentido , torna-se construtor, um crítico consciente que possa avaliar de forma autônoma aquilo que está lendo, e construindo uma concepção de leitura e de língua, neste sentido Bakhtin (1992,p. 124) “ vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes”.

Cada grupo de sujeitos falantes estão inseridos em grupo e compreender as práticas sociais de leitura destes grupos permite compreender seu entendimento sobre determinadas formas de ver o mundo, é necessário compreender as diversas formas de letramento, que modificam-se com o tempo com a posição que defendemos e também se está de acordo com a posição ideológica do grupo em que participamos.

Estes entendimentos permite a construção de sujeitos com suas particularidades, sendo assim pode-se observar que o letramento em algum momento pode ser autônomo ou ideológico, para Street (2003) “autônomo as práticas de leitura e escrita são concebidas independentemente do contexto sociocultural em que estão inseridas , o que importa é a aquisição da habilidade técnica e neutra de decodificação e codificação”.

Desta forma percebe-se que a língua escrita é algo pronto acabado, que se completa em si mesmo, não valorizando as questões ideológicas, e culturais, neste pensamento a simples inclusão do analfabeto ao mundo da leitura, mudará seu pensamento numa visão econômica, cultural e social, tornando- o melhor cidadão.

Já no modelo ideológico, o enfoque esta voltado para as práticas de leitura e escrita que modificam-se de um contexto para outro , os efeitos dos diferentes letramentos em diferentes condições (Street, 2003).

Fica claro que na visão contemporânea o processo de ler e escrever hoje são sim sem dúvida uma prática social e não mais algo neutro, mas carregadas de sentidos, e significados, assim pode-se compreender o letramento como algo construído na coletividade, e na interação, uma prática que envolve a todos e todas, segundo Soares (1998, p. 74):

Letramento não pode ser considerado um instrumento neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.

O processo de leitura é fundamental para a comunicação, o processo de letramento é necessário para a autonomia e entendimento, do processo de produção de sentidos e significados.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A modalidade de educação de jovens e adultos , EJA está presente no ensino fundamental como no ensino médio, tem como finalidade oportunizar a sujeitos que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria , oportunizando jovens e adultos de iniciar e dar continuidade aos seus estudos, garantindo o direito de conclusão do estudo daqueles sujeitos que não puderam concluir no período exato ou foram excluídos da escola por diversas questões.

A preocupação com o cotidiano, com os rituais, com as relações sociais se dão nos processos escolares, na produção do conhecimento e socialização. Tem aumentado entre os educados em relações sociais na escola na formação do trabalhador e dos educadores em geral, a escola está cada vez mais próxima de nossas preocupações. Aproximando- nos da escola descobrimos seus currículos, sua organização e também as relações sociais em que se dá a prática educativa. (Ferretti, 1999, p. 13).

Entre elas, um percentual grande de pessoas não foram alfabetizadas no período da infância, e neste período que se insere na modalidade Eja, que faz parte das escolas públicas para ter continuidade de seus estudos.

Podem participar desta modalidade nos exames do ensino fundamental pessoas com até 15 anos completos e para o ensino médio 18 anos, garantido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria”. Para Gadotti (1999) que escreve:

[...] o educador para por em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida (GADOTTI, 1999, p. 2).

A LDB 9394/96 em seu art. 5º traz as seguintes competências para os estados e municípios em regime de colaboração e sob a assistência da união:

I- recensear a população em idade escolar para educação de jovens e adultos que a ele não tiveram acesso, II- fazer- lhe chamar pública (Brasil, 1996,p. 27).

Para a LDB 9394/96 em seu art. 32 a modalidade educação de

juvens e adultos, no ensino fundamental tem por objetivo a formação básica conforme está estipulado pela lei:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino médio conforme a LDB, tem como finalidade:

I - A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, e prática. (Brasil, 1996,p.23).

O processo educativo é fundamental para o ser humano , pois vivemos num ambiente competitivo, com novos conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e culturais, mesmo que percebamos que os investimentos no processo de educação são poucos.

A resolução nº1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de jovens e Adultos:

... as situações , os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação

e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II - Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequada dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação dos Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art.5º).

O processo de Educação de Jovens e Adultos , também surgiu como uma forma de qualificação de mão de obra, podendo esta suprir as necessidades de uma qualificação que permite ao sujeito em buscar novos desafios.

Dentro de uma visão de Freire a educação deve ter como finalidade a formação plena do ser humano, volte para a construção e formação de valores e saberes que possam ser utilizados na vida ou no dia a dia dos sujeitos, para Freire, (2002, p.1993):

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser.

É fundamental que o processo de leitura, e a qualificação dos jovens e adultos através da educação permita a construção de sujeitos envolvidos com o conjunto social.

Educação de Jovens e Adultos e sua caminhada no Brasil

O processo de aprendizagem desenvolve-se de uma forma mais eficaz após a LDB 9394/96, onde traz como fato fundamental que a construção da aprendizagem não é mais somente um ato de codificar conhecimentos.

Numa visão anterior a educação não era acessível para todos, apenas as classes médias, altas tinham acesso ao conhecimento a educação formal, também estas classes possibilitam o atendimento de seus filhos no próprio

lar, mas o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos, dentro deste processo histórico do ensino para adultos Ghiraldelli Jr (2008, p. 24):

A educação brasileira para adultos teve início no Brasil com a chegada dos jesuítas para catequizar e difundir o catolicismo. A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases a de predomínio dos jesuítas, as das reformas do marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil, 1808 – 1821 .

A história do ensino de adultos no Brasil, aconteceu de forma espontânea, sem auxílio do estado, onde os adultos eram alfabetizados de forma livres, como caridade para os trabalhadores após sua jornada de trabalho.

Quando promulgada a primeira constituição brasileira, logo após a proclamação da independência, em seu artigo 179, traz que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadão”. Mas sabemos que os operários e seus filhos por muito tempo foram excluídos deste processo, nesta visão Soares (2002, p. 8):

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado no exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentou proposta de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

No período de 1930, no governo Vargas, no conhecido Estado Novo, a educação se organizou para satisfazer as necessidades do setor produtivo, mas na constituição de 34 embora mais progressista perdeu espaço com a constituição de 37, que tira a responsabilidade do estado com as questões educacionais. Segundo Ghiraldelli Jr (2008, p. 78):

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino . O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobriga o Estado de manter e expandir o ensino público.

No regime do golpe militar, o processo de alfabetização dos adultos estava a cargo do Mobral, com a finalidade de erradicar o analfabetismo

no Brasil, considerando alfabetizado quem soubesse ler e escrever, este modelo estava longe de desenvolver um modelo de educação para jovens e adultos fundamentado no letramento, ou numa educação libertadora e democrática segundo Aranha (1996, p. 209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas ao poucos descobre com orgulho que também é um fazedor de cultura e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática no processo , quando o homem descobre que sua prática supões um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma, percebendo-se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

As diferenças entre o método de Paulo Freire, era que o Mobral utilizava fichas, família silábica, cartazes, mas não tinha fundamento algum no diálogo ou história de vida, Freire buscava uma formação crítica do aluno onde a sua visão de mundo era fundamental para seu processo, já diferente do modelo do Mobral que nada tinha a ver com estas questões.

Nesta sequência de caminhada histórica para investigar e conhecer o processo de alfabetização dos jovens e adultos no Brasil, na década de 40, acontece a campanha de alfabetização que pretendia alfabetizar em três meses, uma vez que ser alfabetizado era a condição para poder participar das eleições , isto auxiliou na criação de escolas de EJA, segundo Freire , 1993:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p. 44).

A LDB 5692/71, instituiu o supletivo que dedicou-se suas ações aos jovens e adultos em 1974 o MEC, propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), com o fim do Mobral em 1985, surge a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização EJA, posterior a constituição de 1988, o estado aprofunda sua visão na necessidade de alfabetizar os adultos, e na década de 90 surgem algumas parcerias com Ongs, municípios e universidades, em prol da melhoria no processo de educação de jovens e

adultos.

Hoje as aulas de EJA, são realizadas de forma presencial, semipresencial e a distância, como também através de exames supletivos, sendo este um direito estabelecido em lei, para (Gadotti, 2003) o conceito de educação de jovens e adultos vai se movendo na direção ao da educação popular na medida que a realidade começa a fazer exigência, como compreensão crítica dos educadores de que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular.

Considerações finais

Este trabalho permitiu realizar uma reflexão sobre o ensino da EJA, leitura e letramento e sua prática social, sua finalidade e importância de sua realidade educativa, buscando subsídios em diversos teóricos para desenvolver a criticidade e a autonomia.

Observando que o papel do educador é fundamental nesta modalidade como forma de o ensino através das vivências do dia a dia dos educandos criar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade.

Buscou conhecer a importância do papel do educador na construção de autonomia, criticidade, nas relações de leitura e escrita, através de experiências do leitor do seu dia a dia, de suas visões de mundo, não sendo este apenas um codificador de sílabas, mas dando sentido às palavras.

Cabe ao educador mediar saberes, promover diálogos e debates, para que os jovens e adultos consigam construir caminhos fundamentados no saber teórico como também nas relações de mundo.

Rompendo assim com o processo de alfabetização do século XX, para adultos, onde o saber ler e escrever era visto como algo separado do conjunto das relações e entendimento do mundo dos sujeitos leitores.

O educando ao construir sua escrita e leitura deve ter consigo um pensamento autônomo, fundamentado nas suas raízes culturais, econômicas, mas acima de tudo formada nos saberes que fazem parte de seu dia a dia dando sentido a seus desejos e anseios.

Freire ao longo de sua caminhada e nas diversas vivências pelo mundo, trabalhou com a necessidade do homem iletrado em buscar sua autonomia, descobrir seu orgulho, interferir na realidade, sendo sujeito de sua própria história, ou seja quando vai para a escola ele não vai apenas para

aprender a ler e escrever , busca conhecer sua própria história, tomando a palavras daqueles que detêm o seu monopólio, ou seja alfabetizar jovens e adultos é ensinar conhecer o mundo, ensinar o uso da palavra como caminhos de mudanças e transformação.

Estas mudanças de visão ficaram clara hoje, uma vez que a educação de jovens e adultos no Brasil esteve ligado primeiramente aos jesuítas que buscavam catequizar e reduzir os índios com sua cultura e costumes, posterior a educação serviu como meio de exclusão, sendo negada ao filhos das classes mais pobres, estes alfabetizados como favor em lugares sem condições, posterior o processo de leitura e escrita esteve ligado pela necessidade de votar, pois analfabeto não votava, em outro momento para servir de mão de obra barata para as empresas e indústrias, somente com a LDB 9394/96, o homem esteve ligado com a leitura e escrita como forma social.

Garantias estas que fazem –se presente na Constituição Federal de 1988 , no seu artigo 208, desta forma as escolas, os educadores necessitam mudar a visão de compreensão do processo de leitura, escrita, acrescentando o letramento como algo fundamental para o aluno.

Não basta este sujeito saber escrever seu nome, e ler , precisa saber interpretar, conhecer, questionar, e cabe a leitura e ao educador mediar estas ações, desta forma este artigo cumpre seu papel, respondendo o problema da pesquisa, “será que a leitura é uma prática social de autonomia dos sujeitos”.

Sim, a leitura é uma prática social de construção de autonomia, de criticidade, de formação e qualificação dos sujeitos que constroem o mundo, descobriram seu papel na sociedade e auxiliam a modificação das estruturas mediante a democracia que demanda de diálogo e compreensão do ato de ler e escrever.

Assim concluímos este artigo acreditando que a interação dos sujeitos, e a mediação do conhecimento são fundamentais e necessário para os contextos comunicativos compartilhados pelos grupos de onde estamos inseridos, conhecendo desta forma nossa história.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São. Paulo: Moderna, 1993. CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

BAKHTIN, M. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. PNE/Ministério da educação. Brasília: INEP, 2001

BRASIL. Congresso Nacional .**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**, Lei nº. 939496.

BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação do Ensino Supletivo**. Brasília:

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAFIERO, D. **Leitura como processo: Caderno do Professor. Coleção Alfabetização e Letramento**. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

FERRETTI, Celso J e outros. **Trabalhos, Formação e Currículo. Para Onde Vai a Escola**. São Paulo: Xamã, 1999.

FREIRE, **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 35. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. em três artigos que se complementam. 27. Ed. São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Mobral: um desacerto autoritário** – 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem. **Síntese**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, set./dez. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1998.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática de libertação**. São Paulo. Cortez

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988. 80 p.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GADOTTI, M. **Convite à Leitura de Paulo Freire.** Scipione. 1989.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira/ Paulo Ghiraldelli JR.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: 2002.**